

## Três décadas de mudança social\*

### 1

Apesar da perene sensação de imobilismo e tal como qualquer outra sociedade, Portugal não esteve parado até 1960. Mas talvez não tenha, nas décadas anteriores, mudado muito depressa. Pelo menos, o ritmo de evolução era mais lento do que o dos seus vizinhos europeus.

Igualmente como outros países, Portugal conheceu um período durante o qual, ou a partir do qual, o ritmo de mudança se acelerou consideravelmente. A década de 1960 marca esse particular momento. Mais ano, menos ano, é a partir dessa altura que se desenham, de modo convergente e rápido, as profundas transformações sociais que, de maneira mais compassada, outros países europeus tinham experimentado no pós-guerra, talvez mesmo antes, nalguns casos.

Tal como noutros países, a industrialização e a terciarização conheceram fortes impulsos, a diminuição da população rural e agrícola atingiu valores significativos, intensificaram-se as migrações dos campos para as cidades. O produto interno cresceu a taxas inéditas, aliás não repetidas ulteriormente. Diminuíram as taxas de natalidade e de mortalidade

\* *Instituto de Ciências Sociais, 1996.*

infantil. Tudo como noutros países, uma vez mais. Mas, como veremos, mais tarde e a ritmos mais acelerados.

Há, todavia, factores específicos na evolução social, económica e política portuguesa, que deram uma feição singular ao desenvolvimento do país. Antes de mais, a emigração para o estrangeiro. Tinha sido, ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, uma constante da sociedade. Depois de uma espécie de interregno da segunda guerra e dos anos que se lhe seguiram, o número de emigrantes cresce a ritmos nunca antes vistos, podendo ultrapassar, anualmente, os valores dos saldos fisiológicos. Mais ainda: a emigração, que tradicionalmente se dirigia para as Américas, especialmente o Brasil, passou a escolher como destino preferido a Europa, nomeadamente França. Duas consequências, entre outras, apareceram rapidamente. Primeira: o número de partidas, muito mais elevado, constituiu o princípio da «desertificação demográfica» de vastas áreas do país. Os resultados foram múltiplos: envelhecimento das populações rurais, esvaziamento de aldeias, abandono das terras, aumentos salariais, falta de mão-de-obra nos campos, etc. Segunda: com locais de destino geograficamente muito mais próximos, as relações entre residentes e emigrados mudaram totalmente. A perspectiva de regresso era mais real, o que fazia com que as remessas financeiras fossem mais elevadas e permanentes, tendo em vista, não só a ajuda a familiares que ficaram, mas, sobretudo, a construção de casas ou a aquisição de terras. Por outro lado, os contactos entre residentes e emigrados passaram a ser regulares: as visitas aos parentes emigrados ou as viagens destes a Portugal, para férias, eram comuns e são ainda hoje constantes. Podem imaginar-se as inúmeras consequências na vida social e cultural, em populações até então fechadas em estreitos horizontes. Muita gente conheceu Paris antes de ir a Lisboa ou de «ver o mar». Das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho, partiam carreiras regulares para França, antes mesmo de haver meios de transporte públicos e directos para o Porto ou Lisboa.

As migrações internas, do campo para as cidades, pequenas ou grandes, mas sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, conheceram, nos anos sessenta, um forte impulso, só mesmo suplantado pela emigração para os países europeus, mais atractiva. Ao mesmo tempo, a emigração para as colónias, que nunca tinha atingido valores muito significativos, mantinha-se modesta, apesar de um relativo incremento suscitado, numa segunda fase, pela «economia de guerra» e pelos esforços desenvolvimentistas que se seguiram aos primeiros choques violentos.

Depois de várias décadas de crescimento muito lento, a indústria acelera. Até finais dos anos cinquenta, alguns trabalhos de infra-estrutura tinham sido levados a cabo, designadamente os alicerces da electrificação, algumas estradas e barragens e o lançamento de indústrias de base como a dos cimentos e do ferro. Com os anos sessenta, devido a vários factores, tudo vai crescer mais depressa. A procura externa, após a reconstrução europeia, aumenta. Portugal adere à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA/AELE), o que terá rápidas consequências em diversos sectores. A guerra em África terá igualmente efeitos: seja como fonte de procura; seja pela decisão estratégica de produzir para África ou de lá criar indústrias.

O ano de 1961 é o ano da queda da Índia portuguesa, anexada militarmente pela União Indiana. É também o ano de início das operações militares em Angola, seguidas, pouco depois, pelas de Moçambique e da Guiné. São conhecidos os condicionamentos políticos criados por tal situação. O regime resiste à descolonização. Reforça-se de início, entra em declínio anos depois. Mas a guerra em África dominou a vida política desde então. Mesmo depois do afastamento de Salazar (1968) e da sua morte (1970), o regime sobreviveu quase seis anos e defendeu-se de todas as pressões «liberalizantes», que não eram poucas. A guerra foi o separador de águas. Guerra em África, para defesa do império, e regime político

foram quase sinónimos, o que tornou difíceis quaisquer mudanças políticas graduais ou pacíficas.

Curiosamente, data desta década, apesar da guerra, a perda de importância dos mercados africanos para a economia portuguesa. A procura europeia, em fenomenal crescimento, e o novo enquadramento proporcionado pela EFTA, farão com que os mercados mais desenvolvidos da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França, dos Estados Unidos e outros, assumam um papel cada vez mais importante no comércio externo português. «Os países que formavam ou viriam a integrar a Comunidade Europeia e a EFTA representavam 50% do comércio no princípio dos anos sessenta, mas já mais de 60% nos anos setenta, antes da descolonização. Os mesmos países contam hoje por mais de 80% das trocas internacionais portuguesas. Quanto às colónias africanas, desceram marcadamente dos 15% a 25% nos anos cinquenta e sessenta, para menos de 10% nos anos setenta, antes da independência. Hoje, estes novos Estados praticamente não contam no comércio externo português: menos de 1%»<sup>1</sup>.

É também nesse contexto que se desenham novos laços económicos externos, nomeadamente através do crescimento do investimento externo. Alguns dos principais empreendimentos estrangeiros e multinacionais, na têxtil, na metalomecânica, na montagem de veículos, nas máquinas eléctricas e electrónicas, na química, na energia, nas telecomunicações e até no agro-alimentar e na «fileira» florestal, são iniciados neste período, alterando razoavelmente os traços habituais de uma estrutura industrial fechada. É verdade que o principal «argumento», ou vantagem comparativa, da sociedade portuguesa residia no baixo nível de salários. Mas o investimento externo desta época, assim como as novas perspectivas de exportação de certos sectores da indústria portuguesa, marca-

1 António Barreto, «Portugal, a Europa e a Democracia», in *Análise Social*, (Lisboa), vol. XXIX, 1994 (5.º).

ram profundamente a evolução da economia e da sociedade. Em termos muito genéricos, na década anterior, tinha-se assistido a um relativo desenvolvimento de sectores de base ou de infra-estrutura: energia, estradas, cimentos, etc. Agora, na década de sessenta, chega a vez da indústria transformadora.

Paralelamente, é a década do turismo. Portugal descobre a sua vocação neste sector em plena expansão. Os operadores estrangeiros descobrem as potencialidades portuguesas, essencialmente baseadas nas actividades de Verão: clima e praia. Em poucos anos, um turismo que se diz de qualidade, mas que, de facto, é um turismo de massas, transforma-se num dos mais produtivos e lucrativos sectores de actividade do país, arrastando consigo a construção civil. E torna-se numa das principais fontes de criação de emprego. Nos finais da década de sessenta, muito mais do que a balança comercial, deficitária, é a balança de pagamentos, alimentada pelas receitas do turismo e pelas remessas dos emigrantes, que permitirá algum desafogo financeiro a um país que, além de relativamente pobre, tem de custear as despesas militares e de defesa que, por causa de África, podem atingir metade da despesa pública. Mas não é só economicamente que se deve sublinhar a importância do turismo. Social e culturalmente, foi uma revolução. Em poucos anos, um país quase desconhecido até então, passa a ser visitado anualmente por milhões de europeus, o que não deixa de marcar tanto o território como sobretudo os costumes.

Crescem rapidamente os serviços: o turismo, a urbanização, o investimento externo e a guerra colonial, entre outros, têm essa consequência. Em poucos anos, o chamado sector terciário ultrapassará, de uma só vez, a tradicional agricultura e a indústria. Esta última, aliás, caso raro no Ocidente, nunca será o primeiro sector de actividade, do ponto de vista do emprego criado.

A sociedade portuguesa parece estar em movimento, após longas décadas de um relativo imobilismo. As migrações in-